

## **Assembleia Nacional**

### **Grupo Parlamentar do PAICV**

Intervenção do Presidente do PAICV, Comandante Pedro Pires, na sessão de abertura da  
Jornada Parlamentar de 19-23 de Outubro de 1999

Camarada Felisberto Vieira, Presidente do GP do PAICV,  
Camaradas Deputados,  
Estimados convidados,

Saúdo em primeiro lugar, os deputados do nosso Grupo Parlamentar e desejo os melhores sucessos aos nossos trabalhos.

Quero também, queridos convidados, cumprimentar-vos e agradecer-vos pela vossa presença amigável que é prova do interesse com que seguem os trabalhos dos parlamentares do PAICV. Esta presença reconforta-nos e dá brilho ao início dos trabalhos do Grupo Parlamentar do PAICV.

Caros amigos,

1. A África perdeu no dia 14 deste mês, um dos seus filhos mais ilustres, Julius Kambage Nyerere.

Julius Nyerere foi um dos grandes combatentes da causa de libertação do continente africano do jugo do colonialismo e da discriminação racial. Homem culto e de inteligência refinada, pôs o seu saber ao serviço do seu povo e da África. Dirigiu o combate libertador do seu país.

Anti-colonialista convicto e coerente, Nyerere combateu em todas as instâncias africanas e internacionais, a dominação colonial, o racismo e a discriminação racial. Defendeu com coerência e firmeza, a dignidade do homem africano. Foi um partidário precioso do movimento emancipador africano. Transformou um mosaico de 120 etnias num país respeitado.

A Tanzânia, sob a sua direcção, acolheu e protegeu os combatentes da liberdade de Angola, Moçambique, Zimbabwe, Namíbia e África do Sul. Foi uma retaguarda estratégica sólida para a luta armada de libertação dirigida pela FRELIMO, em Moçambique. Apoiou de uma forma segura e solidária, os movimentos de libertação dos países dominados da África Austral. Nyerere foi um adversário irreductível do regime sul-africano do apartheid. Dar-Es-Salam, a capital do seu país, foi deliberadamente escolhida para a sede do Comité de Libertação de África, da OUA.

Nyerere era um homem de convicções progressistas. Bateu-se pela construção no seu país, dum sistema político que garantisse ao mesmo tempo, um desenvolvimento acelerado e a justiça social e liquidasse concomitantemente, a miséria e a dependência dos camponeses tanzanianos.

Ganhou prestígio e notoriedade internacional pela sua coerência política, franqueza, modéstia e honestidade. E por estas razões, foi escolhido para presidir a Comissão Sul, cuja finalidade era elaborar uma visão do futuro da Humanidade que traduzisse as aspirações e os interesses dos países do Terceiro Mundo. Foi precisamente, nessa condição de Presidente da Comissão Sul que Julius Nyerere visitou Cabo Verde, nos anos oitenta.

## **Assembleia Nacional**

### **Grupo Parlamentar do PAICV**

A sua figura tem merecido homenagem e reconhecimento em todo o mundo. O ANC que o conhecia muito bem, considerou-o "um gigante entre os homens", "um brilhante filósofo e um herói popular, campeão de todo o continente" e o Governo sul-africano proclamou em sua homenagem, cinco dias de luto nacional.

A estatura de Homem de Estado africano e de combatente da liberdade de Julius Nyerere reclama de nós cabo-verdianos, uma efectiva e merecida homenagem.

É à memória deste ilustre africano, combatente valoroso, político ímpoluto e humanista genuíno, que vos peço que observemos um minuto de silêncio.

Caros amigos,  
Camaradas deputados,

2. O ano parlamentar que se inicia, reveste-se de particular interesse para nós, pelas matérias que deverão ser agendadas, debatidas e aprovadas pelo Parlamento, mas especialmente, por ser o último do actual mandato da Assembleia Nacional.

O Grupo Parlamentar do PAICV apesar das condições adversas em que trabalha, tem concorrido através de iniciativas várias, para a valorização do papel do Parlamento e dos parlamentares, ao mesmo tempo que tem procurado contribuir para a criação de condições para a melhoria e o aperfeiçoamento do funcionamento na prática quotidiana, da democracia cabo-verdiana.

*Mandato*

Em Cabo Verde, a democracia ressent-se da excessiva concentração de poder num único partido político e a cultura democrática das nossas instituições não avança porque a existência de uma maioria esmagadora no Parlamento impede qualquer controlo eficaz do exercício do poder. A nossa democracia está prisioneira dessa maioria. Os mecanismos de moderação de poderes, o confronto de projectos e os debates parlamentares perdem em grande medida, a sua pertinência, eficácia e o seu sentido de ser. Tal situação de uma tão grande disparidade de forças entre as representações parlamentares e das suas consequências negativas deve merecer uma atenta reflexão da sociedade cabo-verdiana. Nestas condições em que as regras democráticas são viciadas e subvertidas, em que não existem contrapesos eficazes ao poder absoluto da maioria, em que estão abertas as portas às arbitrariedades, à prepotência e aos abusos de poder, em que se engendram a arrogância no exercício do poder, o autismo, a auto-suficiência e o desrespeito pelas diferenças, dizíamos, nestas condições, é o próprio cidadão eleitor que é prejudicado na protecção dos seus direitos e interesses. Não é só a oposição que está interpelada. É toda a sociedade cabo-verdiana que está chamada a olhar com responsabilidade para o seu futuro.

*ano do poder pelo MPD*

Diz-se que o poder corrompe e o poder absoluto corrompe absolutamente, neste caso, no sentido literal do termo corrupção: degeneração e esvaziamento de conteúdo da democracia. Tendo em vista o aprofundamento e a melhoria da qualidade da democracia no nosso país, é crucial que tudo façamos, todos nós, para que situações idênticas, de maioria descontrolada, não se repitam no futuro.

Verifica-se actualmente, uma tendência para a redução da participação política dos cidadãos, cuja razão cremos, reside na existência duma situação que limita substancialmente o valor e a eficácia do debate político e do papel da oposição.

## **Assembleia Nacional**

### **Grupo Parlamentar do PAICV**

Realmente, o ambiente político que se vive no país não favorece a participação política. O cidadão comum tem receio de exprimir publicamente as suas opiniões. A intimidação, a politização do emprego e dos cargos públicos e a discriminação de municípios de cor política diferente estão na base de tal situação, acrescido talvez, da insegurança e da inquietação quanto ao futuro.

Do lado do PAICV, temos vindo a trabalhar para inverter tal situação, buscando por isso, a valorização da intervenção política dos membros do Partido em todas as frentes, de forma a permitir a criação de novos espaços de intervenção e a articulação das actividades desenvolvidas nos planos político, parlamentar, autárquico e social.

Camaradas deputados,

3. Apesar das limitações existentes, recai sobre o nosso Grupo Parlamentar a responsabilidade e a tarefa de controlo e fiscalização dos actos do Governo. Nestas circunstâncias, devia dispor de mais recursos materiais e humanos para o cabal cumprimento das suas funções parlamentares. Há que prosseguir contudo, os esforços para que o Parlamento seja de facto, o órgão central do sistema político, até porque sem um parlamento funcional, não há competição política séria nem reforço do regime democrático. Devemos saudar os passos conseguidos para a Reforma do Parlamento e encorajar novas iniciativas nessa direcção que sirvam para aprofundar a qualidade e melhorar o funcionamento do sistema.
4. A sociedade cabo-verdiana aguarda com alguma apreensão os resultados de processos e políticas empreendidas pelo Governo que, já se sabe, terão implicações profundas no futuro do país. Nos últimos tempos, multiplicaram-se as opiniões, vindas de diversos horizontes, de cidadãos comuns, empresários, personalidades e partidos políticos, todos estão preocupados quanto ao futuro do país e pronunciam-se de forma muito crítica a respeito do processo das privatizações. O Governo faz ouvido de mercador e não abre o jogo. Não dialoga, não dá informações suficientes, não faz concertação com os operadores económicos, como fazem todos os governos na actualidade, nem procura conseguir a tranquilização e um ambiente de concórdia sobre matéria tão vital para a economia nacional. Sobre esta importante questão temos manifestado, persistentemente, a nossa opinião e nossa avaliação muito crítica. Temos relembrado insistentemente que os objectivos a atingir com as privatizações devem ser:
  - a) ganhos de eficiência no funcionamento da economia;
  - b) encaixes para o Estado que permitam novos "in-puts" ao desenvolvimento económico, melhoria do bem-estar e da qualidade de vida da população;
  - c) a capacitação do empresariado nacional para participar em "joint-ventures" e tomar parte no delineamento das estratégias de desenvolvimento de Cabo Verde;
  - d) a salvaguarda dos interesses do País e da sua capacidade de intervir com autonomia, no seu próprio desenvolvimento futuro, no concerto das interdependências que caracterizam o mundo globalizado dos nossos dias

Em nossa opinião, estes objectivos são matérias passíveis de gerar um consenso nacional, que serviria para valorizar os investimentos em Cabo Verde, atrair mais capital para as suas empresas, engendrar um processo sustentado de crescimento da economia, enfim dar confiança ao desenvolvimento e no futuro do País. A

## **Assembleia Nacional**

### **Grupo Parlamentar do PAICV**

pergunta é: porque insiste o Governo numa estratégia de arrogante, de "orgulhosamente sós", de não partilhar com os outros o destino de um País que é de todos nós? Porquê é a pergunta que todos fazem e não obtêm resposta.

Neste momento, a política do Governo privilegia dois objectivos: a aceleração do processo de privatizações, para responder a uma exigência do programa de ajustamento estrutural e a realização do encaixe da maior receita possível e no mais curto espaço de tempo, para cumprir com a participação do Estado no Trust Fund. Nada teríamos contra se os objectivos e o consenso nacional, que atrás nos referimos, estivessem garantidos. Ora, não estão.

A privatização do sector financeiro tal como está sendo feita, numa economia com as fragilidades estruturais como a nossa, permitindo a transferência para o exterior de centros de decisão em matérias importantes da política económica, devia ser evitada. Por outro lado, também não parecem estar asseguradas as boas regras de gestão da dependência, nomeadamente, a diversificação de relações, a redução dos riscos e a contenção dos efeitos perversos. O ajustamento estrutural da economia de Cabo Verde sem um processo endógeno de dinamismo social e económico é um sonho ilusório.

O PAICV proclama a defesa dos interesses de Cabo Verde e dos cabo-verdianos como seu dever cívico e sua obrigação política.

5. Um outro lado da questão, esta de índole moral, ética e por isso profundamente política, é quem acarreta com o peso e os esforços, isto é, com os custos sociais do programa de ajustamento estrutural. Aprofundam-se as diferenças sociais e é cada vez maior a separação entre os que têm mais e os que têm menos. Ora, isso não é indiferente a quem é quem, no processo.

Os custos sociais das reformas económicas e das medidas restritivas devem ser suportados com equidade e justiça. É imoral e injusto querer transferir todo o seu peso para as camadas sociais de menor rendimento. As elites no poder não podem querer reservar os ganhos, só para si. É preciso associar a exigência técnica da eficiência económica á exigência ética da solidariedade e da justiça social. Não deve haver, entre nós, espaços para os gastos supérfluos que assistimos todos os dias, por parte daqueles que dominam e se apoderam do Estado. As mordomias e o clientelismo terão de ser combatidos e banidos. Não se pode poupar na saúde e na educação, que são bens essenciais para a população, e ter mãos largas quando se trata dos gastos dos gabinetes ministeriais.

Quando o Presidente dos Estados Unidos afirma publicamente que as instituições de Bretton Woods falharam no apoio ao desenvolvimento da África, não se pode tomar essa afirmação, de ânimo leve. As experiências de ajustamento estrutural em muitos lugares do mundo, em África particularmente, resultaram muitas vezes em tragédias. Entretanto, tanto as instituições multilaterais, como os próprios dirigentes dos países africanos aprenderam à sua custa, a ter uma apreciação crítica dos programas, a negociar as chamadas "almofadas" de protecção, correntemente conhecidas como "programas de luta contra a pobreza". Em consequência dos efeitos perversos da economia mundial ou gerados muitas vezes, por políticas de ajustamento impostas aos países do Sul, metade dos 6 biliões de habitantes da terra, vivem com um rendimento inferior a 2 dólares por dia.

## **Assembleia Nacional**

### **Grupo Parlamentar do PAICV**

Na sua sessão anual de Setembro, os representantes mais influentes do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional ocuparam o essencial do seu trabalho, a pôr de pé um plano de combate à pobreza. O conceito de pobreza ultrapassa a questão de rendimentos para abranger também a saúde, a segurança e o saber. Neste quadro, o nosso país mereceu o apoio da comunidade internacional, facto com o qual nos congratulamos. Cabo Verde dispõe hoje, de um programa de luta contra a pobreza mas é fundamental que os recursos disponibilizados pela comunidade internacional não se transformem em instrumentos de domesticação de consciências e de aproveitamento para a implementação da estratégia do Governo de se manter no poder a todo o custo.

O perdão da dívida externa é outra componente incontornável da luta contra a pobreza.

6. Retomando a questão da pobreza, o acesso aos cuidados da saúde pela camadas sociais mais desfavorecidas é uma componente indispensável de um programa de luta contra a pobreza. Porém, o acesso aos cuidados de saúde, tem-se complicado mais para as camadas sociais mais pobres e das zonas geográfica e socialmente mais desfavorecidas. São os atrasos no atendimento dos utentes. São as longas listas de espera principalmente nas consultas de especialidade. É a falta de medicamentos nas farmácias do Estado. São os bloqueios intransponíveis na evacuação interna. Tudo é mais complicado para aqueles que mais necessitam. É o combate pela justiça social que devemos continuar.

Caros amigos,

7. Poucos meses nos separam do início do novo século e do novo milénio. Desejamos que sejam de paz, de segurança e de progresso para todos os povos. Auguramos também que se possa assegurar a cada pessoa humana, uma vida digna, saudável e produtiva.
8. Para nós, o ano 2000 encerra sérios desafios: os desafios eleitorais.

O PAICV fixou para as próximas eleições municipais metas e objectivos ambiciosos. Pretende conservar as Câmaras Municipais que dirige actualmente, ganhar outras e aumentar significativamente, a sua expressão eleitoral e a sua representação nas Assembleias Municipais. Nesse sentido, vem desenvolvendo um trabalho preparatório aturado e persistente, tendo já resolvido a escolha da maioria dos candidatos a Presidentes de Câmaras e Assembleias Municipais, devendo concluir esta tarefa a curto prazo.

Para a realização destas metas eleitorais, sabemos que é fundamental a mobilização e o envolvimento interessado de todos os amigos e militantes do PAICV assim como dos eleitores que reclamam um novo rumo na vida política nacional e a garantia da defesa dos interesses de todos os cabo-verdianos e aspiram a um desenvolvimento com justiça social.

É certo que cabe às organizações e aos militantes do Partido, função determinante na criação das condições indispensáveis para uma vitória eleitoral. Por isso, devemos considerar que estamos num momento político especial que

## **Assembleia Nacional**

### **Grupo Parlamentar do PAICV**

exige a intensificação da presença e da intervenção dos militantes junto do eleitorado. Assim, muitos dos nossos activistas eleitorais já estão em campo. É urgente que todas as organizações partidárias disponham de planos de trabalho e prossigam o esforço para melhorar a organização do Partido e estreitar as suas ligações com o eleitorado.

Cabe aqui, um papel importante aos eleitos do Partido, e em especial, aos deputados cujo contributo é de suma importância.

Caros amigos e camaradas,

9. Depois de mais de 24 anos de luta e de sacrifício, os timorenses conquistaram finalmente, o direito à autodeterminação e à independência. O PAICV saudou com júbilo esta vitória. Não foi uma luta fácil, exigiu sacrifícios, perseverança e vontade férrea de ganhar. Novas perspectivas abrem-se para um Timor pacífico e independente, embora se saiba também que os primeiros tempos não serão fáceis.

Timor e Cabo Verde, estão ligados por laços que ultrapassam os factores resultantes da colonização. Outras razões nos aproximam: há cabo-verdianos com sangue timorense e timorenses com sangue cabo-verdiano. Estimamos que a forma de melhor consolidar e reforçar as relações de solidariedade entre os dois povos passa pela solidariedade efectiva de cabo-verdiano para timorense. É pela via duma solidariedade humana assegurada pela presença física de médicos e de enfermeiros, de engenheiros e de operários e de outros profissionais que se consolidam e se fortalecem laços imperecíveis entre os dois povos.

Caros amigos e camaradas,

Contamos com a vosso valioso contributo na construção dos nossos sucessos eleitorais nas próximas autárquicas.

Espero que os nossos trabalhos sejam produtivos e profícuos.

Muito obrigado a todos.

Praia, 19-10-99